

GERSON DOS SANTOS SICCA

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;  
Professor do Curso de Pós-graduação em Direito das Faculdades  
Atlântico Sul em Pelotas/RS;  
Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas de Santa  
Catarina

## **DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA**

### **conceitos indeterminados e aplicação**

Juruá Editora

Curitiba, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

Sicca, Gerson dos Santos.

S565        Discricionariiedade administrativa: conceitos indeterminados  
e aplicação./ Gerson dos Santos Sicca./ Curitiba: Juruá, 2006.  
308p.

1. Discricionariiedade administrativa (Direito). I. Título.

CDD 342(22.ed)  
CDU 342.9

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO I - O PROBLEMA DOS CONCEITOS INDETERMINADOS NA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRAS</b>	37
1 OS CONCEITOS INDETERMINADOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO ALEMÃO	37
1.1 A Doutrina da Multivalência	39
1.2 A Doutrina da Univocidade	41
1.3 A Doutrina da Margem de Livre Apreciação na Aplicação dos Conceitos Indeterminados	44
2 A DOUTRINA ITALIANA	52
3 O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO NA FRANÇA E OS CONCEITOS INDETERMINADOS	60
4 A DOUTRINA ARGENTINA	74
5 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E OS CONCEITOS INDETERMINADOS NO DIREITO PORTUGUÊS	82
6 O CONTROLE DOS CONCEITOS INDETERMINADOS NA ESPANHA	90
6.1 A Luta Contra as Imunidades do Poder: A Inserção da Aplicação dos Conceitos Indeterminados na Esfera da Vinculação Administrativa	90
6.2 Os Defensores da Limitação do Controle dos Conceitos Indeterminados: A Relação Entre o Princípio Democrático e a Discricionariedade	97
6.3 Posição Atual do Debate no Direito Espanhol	104
<b>CAPÍTULO II - OS CONCEITOS INDETERMINADOS E A DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA NO BRASIL</b>	107
1 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO JURISDICIONAL	107
1.1 Os Limites do Controle e o Conceito de Mérito Administrativo	112
2 O DEBATE EM TORNO DOS CONCEITOS INDETERMINADOS E SEU CONTROLE	118
2.1 A Discricionariedade como Insuficiência de Programação Normativa	120
2.2 Discricionariedade e Conceitos Indeterminados na	

Doutrina Brasileira: A Influência de Celso Antônio Bandeira de Mello	130
2.3 A Distinção entre Conceitos Indeterminados e Discricionariedade no Direito Brasileiro	142
2.4 Eros Roberto Grau e a Distinção entre Juízos de Legalidade e Oportunidade	150
2.5 A Distinção entre Conceitos Indeterminados e Discricionariedade e a Existência de Conceitos Discricionários	154
3 A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA E OS PARÂMETROS ADOTADOS PELOS TRIBUNAIS DIANTE DOS CONCEITOS INDETERMINADOS	158
3.1 Decisões Relativas ao Poder de Polícia	164
3.2 O Controle do Poder Disciplinar	171
3.3 O Controle dos Decretos Expropriatórios	178
3.4 A Expulsão de Estrangeiros e os Atos Políticos	187
<b>CAPÍTULO III - INTERPRETAÇÃO DO DIREITO, CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E IMPRECIÇÃO DA LÍNGUAGEM</b>	193
1 A INDETERMINAÇÃO CONCEITUAL: SUAS IMPLICAÇÕES NA DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	193
2 O FUNDAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO CONTROLE JURISDICIONAL DA APLICAÇÃO DE CONCEITOS INDETERMINADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	214
3 A DISTINÇÃO ENTRE OS JUÍZOS DE OPORTUNIDADE E DE LEGALIDADE: A EXIGÊNCIA DO CONTROLE COMO TAREFA PRIMORDIAL DO JUDICIÁRIO NO ESTADO DE DIREITO	227
4 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E O SENTIDO DA VINCULAÇÃO DO ADMINISTRADOR	234
4.1 Considerações Sobre o Sentido da Vinculação à Lei	234
4.2 A Vinculação Administrativa na Doutrina: A Influência de Kelsen e a Necessidade de Ampliação do Conceito	241
4.3 Vinculação e Técnica dos Conceitos Indeterminados	246
5 VINCULAÇÃO DO ADMINISTRADOR E PARÂMETROS DE CONTROLE	258
6 OS LIMITES NO CONTROLE DOS CONCEITOS INDETERMINADOS	270
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	277
<b>REFERÊNCIAS</b>	293
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b>	301